

Eduardo Bolsonaro dobra a aposta e ameaça a PF

Deputado licenciado diz acreditar que EUA vão impor sanções

Por Karoline Cavalcante

Um dia depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizar a abertura de um inquérito para investigar a conduta do deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), o parlamentar fez duras críticas ao ministro da Corte, Alexandre de Moraes, responsável pela relatoria do caso. Nesta terça-feira (27), Eduardo classificou o magistrado como um “ditador” e um “tirano de beira de estrada que envergonha a Justiça”.

O deputado afirmou que ele e sua família estão sendo alvos de perseguição política, comparando a situação a um regime autoritário, onde dissidentes sofrem represálias.

“A transformação do Estado brasileiro em uma organização criminosa está quase completa. Todas as sistemáticas violações dos direitos humanos universais só deixam a coisa toda mais clara, internacionalmente. Em breve, vocês irão pagar pelos seus crimes”, publicou Eduardo Bolsonaro na rede social X (antigo Twitter).

Ameaças

Após ter acesso ao inquérito, o congressista também fez ameaças a policiais federais que venham a cumprir medidas contra ele e contra seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que é réu no STF por tentativa de golpe de Estado em 2022.

“Os policiais federais que porventura venham a cumprir os mandados do Alexandre de Moraes [ministro do STF] ou do Paulo Gonet [procurador-geral da República] para



Zeca Ribeiro/Agência Câmara

Eduardo Bolsonaro confia que EUA punirão Moraes “exemplarmente”

achar, para extorquir, para extorsionar (sic) Jair Bolsonaro ou qualquer outro tipo de pessoa, vocês saibam que vocês também vão entrar na mira aqui dos norte-americanos”, declarou à Revista Oeste. O deputado é, inclusive, escrivão licenciado da corporação.

Na mesma entrevista, o deputado licenciado mencionou as declarações recentes do secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, que sugeriu a possibilidade de sanções contra o ministro Alexandre de Moraes. Para Eduardo, o magistrado será punido de “forma exemplar” pelo governo do presidente norte-americano Donald Trump (Republicano).

“Vocês têm noção que o Alexandre de Moraes não poderá abrir uma conta no Uber? Que se ele for registrar o celular dele

para dirigir no Waze, ele não vai conseguir? É muito grave”, afirmou o filho do ex-presidente.

Ele chegou a sugerir ainda que pode renunciar ao mandato de deputado federal para continuar no seu “projeto”. O parlamentar está licenciado do cargo desde 21 de março, e atualmente reside nos EUA, onde, segundo ele, está denunciando supostas violações de direitos humanos no Brasil.

Inquérito

A apuração foi requisitada por Gonet posteriormente a uma representação criminal apresentada pelo líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias (PT-RJ). O objetivo é verificar a possível atuação do parlamentar licenciado contra autoridades e instituições brasi-

leiras. Moraes acolheu o pedido e determinou que a PF monitore suas publicações relacionadas sobre o caso nas redes sociais. Além disso, a corporação deverá colher o depoimento de Jair Bolsonaro no prazo de dez dias. Autoridades diplomáticas brasileiras também serão ouvidas durante o processo.

No entendimento do procurador, as declarações não são um fato isolado. De acordo com Gonet, o parlamentar tem feito pronunciamentos públicos recorrentes desde o início do ano, defendendo que o governo dos Estados Unidos imponha sanções contra ministros do STF, integrantes da PGR e da PF. Ele avalia que essas ações visam interferir nas investigações em andamento sobre a trama golpista, principalmente agora que os processos estão avançando.

‘Me senti agredida’ diz Marina sobre audiência no Senado

Por Karoline Cavalcante

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, afirmou ter se sentido “agredida” durante sua participação, nesta terça-feira (27), na Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado Federal. A reunião, que discutia o projeto de lei que flexibiliza o licenciamento ambiental, foi marcada por críticas contundentes à atuação da pasta, desentendimentos com senadores e falas consideradas ofensivas e misóginas.

“Eu me senti agredida fazendo o meu trabalho. Fui chamada para mostrar tecnicamente que as unidades de conservação propostas para o Amapá não impactam os empreendimentos”, declarou Marina à imprensa ao deixar a sessão. Segundo ela, o episódio está sendo analisado por sua equipe jurídica.

“No seu lugar”

O primeiro embate ocorreu com o senador Omar Aziz (PSD-AM), que questionou a demora na liberação das obras de pavimentação da BR-319, entre Manaus e Porto Velho. Em sua resposta, Aziz acusou Marina de atrapalhar o desenvolvimento do país e afirmou que ela “não é mais ética do que ninguém”.

Durante a audiência, Marina teve o microfone cortado diversas vezes pelo presidente da comissão, senador Marcos Rogério (PL-RO), que também a ironizou e sugeriu que ela levasse o debate a uma reunião



Lula Marques/Agência Brasil

Marina foi agredida por Marcos Rogério e Plínio Valério

interna do governo. A ministra reagiu: “O senhor gostaria que eu fosse uma mulher submissa. Eu não sou. Eu vou falar”.

Rogério então rebateu: “Me respeite, ministra. Se ponha no teu lugar”. A resposta gerou um momento de tensão e protestos da senadora Eliziane Gama (PSD-MA), líder do partido na Casa. “Que isso, presidente? Que desrespeito é esse com a ministra? Ponha-se o senhor no seu lugar. Isso é um absurdo!”, declarou.

Respeito

O episódio mais forte, no entanto, ocorreu durante a fala do senador Plínio Valério (PSDB-AM), que afirmou fazer distinção entre a “mulher

Marina” e a “ministra Marina”, dizendo que apenas a primeira mereceria respeito. “Ministra Marina, que bom reencontrá-la. E, ao olhar para a senhora, eu estou vendo uma ministra. Eu não estou falando com uma mulher. A mulher merece respeito, a ministra não. Por isso quero separar”, declarou Plínio.

Ofendida, Marina exigiu um pedido de desculpas para permanecer na audiência. Diante da recusa, deixou a sessão.

“Se fui convidada como ministra e não há respeito nesse papel, não faz sentido eu continuar”, disse. A saída foi sugerida por questão de ordem apresentada pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE), que saiu em defesa da representante. “O

debate político pode ser caloroso, pode expressar divergências. Mas manifestações de desrespeito são inaceitáveis”, afirmou.

O embate entre Marina e Plínio não é novo. Em março, após uma audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs, o senador disse que sentiu vontade de “enforcá-la” após ouvi-la por mais de seis horas. Na época, Marina afirmou que brincar com a vida dos outros é algo que só os psicopatas fazem.

Ao encerrar a sessão desta terça-feira, o presidente da comissão anunciou que irá pautar a convocação da ministra para uma próxima reunião, já que ela saiu antes do final da sessão. Nesta sessão, ela participou como convidada.

Solidariedade

Ao Correio da Manhã, a assessoria de imprensa do Ministério do Meio Ambiente informou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conversou por ligação após o episódio e brevemente disse que ela tomou a decisão certa de se ausentar da comissão. Lula está de repouso no Palácio da Alvorada após diagnóstico de labirintite. O Ministério da Mulher e a Secretaria de Relações Institucionais também emitiram nota repudiando o ocorrido.

Para a Bancada Feminina do Senado Federal, a situação não se trata de um “caso isolado”, e sim de “mais uma expressão da violência de gênero que tantas mulheres enfrentam nos espaços de poder”.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Wikimedia Commons

Venda e importação de pintos é isenta de tributos

Isenção de impostos favorece até pintos de um dia

A reação ao aumento do IOF mostra que a sociedade, atenta a esse tipo de investida do governo em seu bolso, pouco reclama de bancar o imposto que muitos têm o direito de não recolher.

Balço do Ministério da Fazenda mostra que, entre janeiro de 2024 e abril 2025, diferentes setores da economia não pagaram R\$ 414 bilhões em impostos federais —

R\$ 25,8 bilhões por mês. Com o novo IOF, já devidamente desidratado, a arrecadação deve chegar a R\$ 20 bilhões este ano.

Os favorecidos frizam que as medidas reduzem preços, mas o custo é bancado até por quem não consome tais produtos. A isenção favorece até pintos de um dia — sim, filhotes de galinha (R\$ 904 milhões de incentivos fiscais no período).

Importados

A lista de beneficiados é interessante. Além dos pintinhos (usados para melhoria de material genético), inclui passagens aéreas, aviões e suas peças, produtos importados via Zona Franca de Manaus, setor de eventos e atividades e suprimentos ligados ao agronegócio.

Voos alheios

Nesses 16 meses, os impostos de todos os brasileiros foram usados para compensar os valores que, legalmente, deixaram de ser pagos. Mesmo quem não viajou de avião ajudou a bancar os voos alheios, o que representou R\$ 1,98 bilhão em renúncia fiscal.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Cultura de soja é das mais subsidiadas

O peso da agricultura nos benefícios fiscais

O agro é pop e tem peso decisivo na balança comercial brasileira. Mas o subsídio ao cultivo e venda de produtos que, em grande parte, servirão para alimentar animais no exterior pesa no bolso de todos nós.

Só a comercialização da soja custou, no período, R\$ 5,9 bilhões — na média, cada um de nós

contribuiu com R\$ 28,00.

Somados, os subsídios à compra de adubos, fertilizantes, agrotóxicos, sementes, mudas e produtos agropecuários gerais alcançou R\$ 77,370 bi.

A lista de isenções inclui produtos que consumimos no dia a dia, como carnes, queijos, peixes e até papel higiênico (neste caso, R\$ 2,2 bilhões).

Estrangeiras

Os dados citam empresas beneficiadas com os impostos que pagamos por elas. A campeã, com R\$ 16 bi, é Dairy Partners Americas, DPA, que atua em alimentos e foi comprada pela francesa Lactalis. A Honda e a Samsung deixaram de pagar, cada uma, quase R\$ 10,5 bi.

Outras da lista

A brasileira JBS é a quarta da lista, com benefícios que chegaram a R\$ 4,9 bi. Depois vêm outras multinacionais, Yamaha Motors, LG e a Syngenta, fabricante de produtos químicos de origem suíça. Entre as aéreas, a TAM deixou de pagar R\$ 2,5 bi; a Azul, R\$ 2,4 bi.

Benefícios

Prorrogada pelo Congresso, a chamada desoneração da folha de pagamentos fez com que empresas de 17 setores deixassem de pagar R\$ 22,2 bi para a previdência. Graças ao Perse, programa que beneficia eventos e turismo, o setor foi beneficiado com R\$ 20,5 bi.

Marina

As provocações no Senado à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, tiveram o objetivo de tornar ainda mais desconfortável sua posição no governo, que tem passado a boiada sobre causas que ela apoia. Mas, até por falta de opção política, Marina deve ficar na pasta.